



Exmo. Sr. Presidente

Câmara Municipal

Sua referência

N/ comunicação de

Nossa referência

Data

SNPM30/2021

17/02/2021

Assunto: Vacinação dos agentes de polícia municipal enquanto grupo prioritário no plano nacional de vacinação

Vem o Sindicato Nacional das Polícias Municipais (SNPM) por intermédio da presente missiva expor a V. Exas a importância de integração dos agentes da polícia municipal nos grupos prioritários de vacinação COVID-19. Urge a necessidade de direcionar a atenção e mediação de esforços para que os municípios com corpos de polícia municipal devam refletir num modelo organizacional alinhado nas preocupações da saúde física e mental no trabalho, tendo em conta a crescente taxa de contaminação COVID-19 que por consequência promove a diminuição na força do trabalho e do efetivo através do aumento do absentismo e redução de recursos humanos, assim como os constrangimentos do coletivo de agentes na incerteza e indefinição de integração no plano de vacinação alinhado com as exigências dos serviços de polícia municipal.

O cuidado dos municípios em apoiar a saúde e bem-estar e a conservação da capacidade de trabalho através de uma gestão eficaz de meios e recursos é um contributo para a saúde ocupacional que para além de cuidar das condições físicas dos polícias municipais permite tratar de questões psicológicas e de potencial stress.

Estudos apontam que a prioridade dada à polícia para a vacinação depende do papel desempenhado no decorrer da emergência de saúde pública, neste caso, da evolução da pandemia nas situações que os polícias trabalham em contato direto com o cidadão, a prioridade deve ser elevada comparativamente a outros grupos, integrados nos grupos seguintes imediatamente aos profissionais de saúde. Como será do conhecimento de V/Ex^{as}. os agentes da polícia municipal têm, a par das forças e serviços de segurança, exercido funções no âmbito da fiscalização do cumprimento de medidas com objetivo de combater a propagação do COVID-19, versados nos diversos diplomas que regulamentam o Estado de Emergência decretado pelo Sr. Presidente da República, indo mais além, *i.e* exercendo funções de controlo nos *drive in* nos centros de rastreio e testes de COVID-19.

São profissionais expostos aos mesmos níveis de perigosidade e contágio, com menos recursos em comparação, com as demais forças e serviços de segurança, mas com resultados idênticos demonstrados nos últimos meses. O que justifica este apelo na intenção de focar maior atenção neste grupo de profissionais, que têm vindo a desempenhar serviços essenciais e críticos na comunidade, privados da mesma proteção, em virtude das suas funções, em relação aos demais trabalhadores da autarquia.

Até ao momento, o SNPM contabiliza quase uma centena de casos de infeção por COVID-19 nos vários corpos de polícia municipal em Portugal, de origem diversa. Uma das medidas desenvolvidas para prevenir o aumento destes números foi a implementação de alteração e adaptação de rotinas e horários face ao desenvolvimento pandémico, o que permitiu conter de forma mais eficaz e de forma controlada assegurar não contaminação por entre os demais agentes.

Considerando o exposto, vem o SNPM solicitar a V/Ex^a, enquanto dirigente máximo da Polícia Municipal, reforçar a promoção e o papel destes profissionais junto das autoridades de saúde, tutela e Associação Nacional de Municípios Portugueses, para a redefinição e enquadramento dos agentes da polícia municipal no plano de vacinação COVID-19 para que os mesmos possam prosseguir com maior rigor e segurança para a própria organização e seio familiar as funções no dia a dia o serviço de polícia municipal.

No dia 8 Janeiro 2021 o SNPM, antecipando este acontecimento alertou as várias entidades do Governo para o mesmo assunto – ofício em anexo - no qual não resultou qualquer alteração ou integração no posicionamento da polícia municipal no plano vacinação em virtude das funções que têm vindo a exercer durante a pandemia, sendo desconsiderados até ao momento em relação às demais forças e serviços de segurança, exceto na Região Autónoma dos Açores onde foi dado conhecimento ao SNPM a articulação entre o Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal de Ponta Delgada a integração dos agentes da polícia municipal daquele município no plano de vacinação.

Certos da vossa devida atenção e compreensão para o supra exposto, com os melhores cumprimentos, subscrevemo-nos com a mais elevada consideração,

Paulino Freitas

Sindicato Nacional das Polícias Municipais